

Os Textos seguintes são uma contribuição aos debates que serão realizados no Encontro Nacional de Negros e Negras Petistas, nos dias 21, 22 e 23 de Julho de 1995 na cidade de Belo Horizonte - MG.

Foram extraídos da dissertação “ Partidos Políticos e Etnia Negra “ para obtenção do título de mestre em Ciências Sociais na PUC/SP; e significam meu esforço militante para construção de um projeto político do Movimento Negro em nosso país.

GEVANILDA GOMES DOS SANTOS  
Militante negra petista de São Paulo  
Julho/1995

## A RELAÇÃO RAÇA E CLASSE COMO ELEMENTO EXPLICATIVO DAS DESIGUALDADES SOCIO-RACIAIS.

Via de regra o trato da questão racial pela esquerda é desenvolvido a partir de uma concepção teórica ortodoxa e hierarquizada pela questão trabalho e capital. Não percebem que o racismo é um dos fatores estruturais da sociedade brasileira, não particular como querem fazer crer. Muito debate teórico deverá ser travado para chegarmos a uma conclusão mais pertinente à realidade sócio-racial brasileira. Para tanto é preciso avançar nas linhas de pesquisas, principalmente aquelas voltadas para a relação de raça e classe.

Neste sentido o que interessa investigar é como as condições sócio-econômica-política e culturais oriundas do processo de formação e consolidação do Estado burguês no Brasil, determinou a inserção do negro nesta sociedade.

O problema central a ser investigado é como as contradições sócio-raciais instituída a partir da relação negro-capital-trabalho tem privilegiado a mão-de-obra branca em detrimento da negra. Este problema se coloca desde a passagem do trabalho escravo ao livre e assalariado e vêm se reconstruindo no processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. É sabido que o trabalho livre e assalariado não se constituiu imediatamente após a abolição. Ela apenas impôs o estatuto jurídico legal para a formação do mercado de trabalho a partir do desenvolvimento da relação capitalista de produção mediada pela necessidade de reprodução do capital. Aí cabe indagar como as relações raciais se articulam para a formação da mão-de-obra nacional. Em que medida a marginalização da força de trabalho do contingente negro tem ocorrido por uma articulação ideológica que instituem o racismo, ora no nível econômico, ora no nível sociocultural para determinar o lugar do branco e do negro da estrutura de classe.

Parece que o amadurecimento das relações capitalista de produção longe de eliminar as desigualdades sócio-raciais, a recompos na ótica da racionalidade da acumulação do capital.

Existe uma relação entre capacidade de industrialização, grau de urbanização e mobilização da força de trabalho no desenvolvimento do capitalismo brasileiro que estão intimamente ligados, no passado com a abolição da escravatura e imigração européia e, contemporaneamente com

2

as migrações internas, que ocorrem de acordo com as necessidades de crescimento e expansão da economia. (1) V. Paul Singer, Economia Política da Urbanização, SP, Brasiliense, 1978. O contingente populacional migratório, tem relação com a constituição de um amplo exército industrial de reserva que explica os baixos salários e baixo grau de mecanização no campo, na indústria e o grande volume de força de trabalho envolvida em serviços domésticos. Se a imigração não significa apenas fator de aumento da marginalidade nas cidades, mas constituiu um processo de reserva de capacidade produtiva aproveitável quando e onde convier ao sistema produtivo, e, se o aumento no setor de serviços urbanos é um mecanismo criado pelo sistema capitalista no sentido de assegurar as condições de sobrevivência dos que não conseguem integrar-se à economia produtiva, podemos apontar o fluxo migratório e a terciarização da economia como fatores importantes na formação de uma estrutura de classe que proletariza o migrante. Se a população migrante provém dos setores agrícolas, atraído por oportunidades de emprego nos centros urbanos, e, se a população das zonas agrícolas é radicada no setor de serviço urbano é majoritariamente não branca, podemos também inferir que este exército industrial de reserva compõem a estrutura de classe e que é composto em sua maioria de negros e mestiços. Então sua marginalização é uma contradição estrutural da sociedade capitalista. Ela combina exploração de raça e classe para manter as condições necessárias à reprodução do capital. Isso acaba desenhando um quadro onde eles ocupam as piores posições e recebem os mais baixos salários quer estejam no setor primário, secundário ou terciário.

A aparente marginalização social e econômica do negro está altamente comprometida com o grau das contradições sociais e econômicas da sociedade, assim como sua superação.

A Relação raça e classe é o elemento explicativo das desigualdades sócio-raciais. Essa relação não é dicotômica, e sim integrada e caracteriza a peculiaridades da exploração capitalista. Ela constitui a sutileza do racismo brasileiro e contém a relação negro-capital-trabalho. Ela é interior às relações capitalistas de produção e não marginal, não se resolve da dinâmica competitiva da ordem social, apenas muda de forma. Ela determina a forma de exploração da força de trabalho do negro e condiciona essa força de trabalho em termos de sua inserção ou não no processo produtivo, tipo de ocupação, rendimentos salariais, posição na estrutura de classe e o grau de consciência sócio-racial do trabalhador negro.

A relação negro-capital-trabalho diferencia o negro do branco, pois embora operários negros e brancos estejam no mesmo patamar de classe, a relação de compra e venda da força de trabalho é diferenciada entre um e outro e delinea as desigualdades sociais. Ela se realiza de forma diferente no nível da produção, podendo estar na admissão ao emprego, no desemprego e manutenção do exército industrial de reserva, na alocação da força de trabalho dentro da divisão do trabalho e no preço da remuneração do trabalho desempenhado.

Na esfera da produção o racismo se manifesta em forma de remuneração desigual entre brancos e negros apesar de ambos serem igualmente produtivos ao capital. Isto significa que o preço do salário pago ao operário negro é menor em relação ao que se paga ao branco. Na relação negro-capital-trabalho, a compra e venda da força de trabalho pressupõe elemento depreciativo do desempenho de sua função produtiva que está alocado por sua condição racial. O negro está sempre ocupando os lugares desocupados pelos brancos. A concepção de igualdade de remuneração para o mesmo tipo de trabalho camufla a desigualdade salarial. A remuneração inferior ao trabalho do operário negro determina uma capacidade de consumo aquém daquela estabelecida para o operário branco. Se é através do salário que o operário adquire os meios de subsistência necessário a reprodução de sua força de trabalho, que pode ser traduzida na sua capacidade de consumo, e, se o salário recebido pelo operário negro é inferior, sua capacidade de sobrevivência também inferior. É neste momento surge a desigualdade social entre negros e brancos, a relação raça e classe expropria-o mantendo-o no estrato inferior da classe subalterna.

É dentro deste contexto que a relação raça e classe é elemento constitutivo da problemática da classe operária no Brasil. Ela explica a exploração e opressão do negro e do branco que é orquestrada nas leis competitivas do mercado. Ela pode ser interpretada por uma aparência de segmentação racial, ou mesmo diluir o fator racial em nome da relação de classe. Mas isto é apenas ilusão, pois na essência ela tem a função de dividir os trabalhadores para priorizar os interesses capitalistas. O racismo na produção minimiza os rendimentos não só do negro como também do branco. Ambos estão em condições de vida aquém do que se pode conceber. A função do racismo é camuflar a exploração que se realiza através dele e destaca a problemática em termos de oposição de trabalhadores negros e brancos, alieando-os como raça e classe.

As organizações político-partidárias de esquerda necessitam rever a questão do trabalhador negro de forma a incorporá-lo na luta de classe considerando sua condição racial, caso contrário suas propostas não sensibilizarão este segmento.

## A CRITICA AS IDEOLOGIAS PARTIDARIAS: UM DISCURSO EQUIVOCADO

Nos ultimos anos as candidaturas negras, em sua maioria, cunharam entre o eleitorado e o partido um vínculo baseado na identidade racial. No discurso dirigido a população negra a problemática racial é elevada ao primeiro plano e acima da legenda partidária e concepção ideológica, como forma de comprometimento com os interesses desse segmento étnico.

Essa relação é limitada porque ela estimula a percepção da exclusão social enfatizando apenas o componente racial como fator de diferenciação básica entre negros e brancos, isto é a partir dessa leitura vê-se apenas a maquiagem da ideologia de acomodação social. Ela não questiona os mecanismos de exclusão econômica existente na sociedade capitalista-liberal brasileira que tem se estruturado de forma a manter em condições de pobreza todos os não brancos.

O que ocorre é que quando um indivíduo percebe a discriminação racial somente na esfera da diferença entre o lugar que o branco e o negro ocupam na sociedade, ele acaba analisando o racismo como fator de polarização entre esses dois segmentos étnico e não compreende que existe um processo econômico de exclusão social desenvolvido desde a transição da mão-de-obra escrava para a livre e assalariada que marcou na sociedade brasileira a condição de classe da população negra, reservando aos não brancos os patamares inferiores da sociedade.

Essa posição é, mantida através de práticas discriminatórias que perpetuam as desigualdades econômicas e sociais entre negros e brancos. Assim o indivíduo não percebe que sem a alteração desse campo é inviável a superação das desigualdades raciais, porque, ela se realiza numa sociedade capitalista liberal que só aponta saídas, se, o indivíduo romper as adversidades do mercado competitivo e superar a pobreza.

A condição para usufruir dos privilégios encontrados nos patamares superiores da sociedade, é a defesa do próprio sistema nas suas relações sócio-econômicas, político-cultural e racial. A particularidade do indivíduo representa a totalidade do sistema, isto é, se um indivíduo é capaz de superar o racismo, todos que sofrem essa ação também poderão fazê-lo, portanto a problemática circunscreve-se no âmbito individual e não social, e a única via de equacioná-la é a ascensão social. Ai a negação do racismo torna-se condição necessária, por isso é comum ver

negros que quando ascendem socialmente perdem o ideal de solidariedade com a condição da maioria da população pobre e negra. Qualquer negação da ideologia racial vigente só é permitida na perspectiva de solução individual e nunca na perspectiva coletiva.

A percepção da exclusão social quando se limita ao patamar racial é crítica até o momento em que o negro se iguala ao branco na posição social. Essa percepção crítica não avança ao ponto da compreensão do desenvolvimento da sociedade na ótica da exploração das classes e dominação dos setores subalterno, que através dos mecanismos discriminadores impede a percepção de que as desigualdades são intrínsecas à sociedade capitalista liberal, que a ascensão social é individualizada de forma a não comprometer as regras do sistema com um todo. Ela limita também a compreensão da importância dos partidos político como canais privilegiados do exercício da cidadania, que podem ser utilizados como forma de ampliação dos direitos do negro, portanto ela secundariza e relativiza as ideologias partidárias.